Processo n.º:	1098603
Natureza:	Auditoria
Órgão:	Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE do Município de Sete Lagoas
Relator:	Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Cuidam os autos de Auditoria realizada no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Sete Lagoas, que teve como escopo a verificação da regularidade do pagamento de parcelas, a exemplo das horas extras, gratificação de empenho, adicional de triênio, vintenário e trintenário, insalubridade e periculosidade, bem como da contratação temporária por excepcional interesse público, na data-base de novembro/2019 (para achados relacionados às horas extras foram tomados como referência os meses de setembro, outubro e novembro de 2019).

Compulsando os autos, observa-se que o processo em epígrafe foi encaminhado a este Órgão Técnico, de acordo com o Despacho do Relator (peça nº 71, arquivo nº 2657871 do SGAP), com a finalidade: (i) de complementação do relatório de auditoria, de forma a indicar os possíveis responsáveis para cada achado, dentre aqueles com efetiva participação para sua concretização, incluídos os responsáveis pelo reconhecimento dos benefícios e pelo seu pagamento; (ii) de manifestação acerca do pedido constante na defesa do Senhor Antônio Garcia Maciel para dilação de prazo para encaminhamento dos laudos de insalubridade/periculosidade individualizados, bem como acerca do potencial retorno do processo à fase instrutória, indicando eventual documentação que deve complementar o acervo probatório dos autos.

Diante da necessidade de obter as informações necessárias para atender ao comando do Eminente Relator, esta Unidade Técnica sugeriu, em relação ao item (i), a realização de diligência junto atual Diretor-Presidente do SAAE de Sete Lagoas, Sr. Robson Dias Machado Júnior, para apresentação das

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

informações, documentos ou esclarecimentos, referente ao mês de novembro/2019, acerca dos gestores que se encontravam no cargo de Chefia/Diretor do Departamento de Recursos Humanos e de Chefia/Diretor da Diretoria Administrativa-Financeira, bem como o encaminhamento dos normativos regulamentadores das respectivas competências. Além disso, propôs-se a solicitação de informações sobre determinados servidores, quanto à respectiva área de lotação e à chefia imediata, bem como sobre o Chefe do Departamento de Segurança do Trabalho.

Em relação ao item (ii), foi sugerido encaminhamento de diligência ao Senhor Antônio Garcia Maciel, ex-gestor do SAAE de Sete Lagoas, nos termos da solicitação proferida em suas razões de defesa (peça nº 33, arquivo nº 2466144 do SGAP), para o devido encaminhamento de cópia dos Laudos Técnicos individualizados, emitidos segundo critérios estabelecidos em Leis Federais e normas regulamentadoras[1], assinados pelos profissionais habilitados, que fundamentaram a percepção dos adicionais de periculosidade e insalubridade no ano de 2019, referentes aos servidores constantes do Anexo III da peça nº 73 (arquivo nº 2670402)[2].

Realizadas as intimações (peças nº 75 – arquivo nº 2678267 e peça nº 76 – arquivo nº 2678237), os Srs. Robson Dias Machado Júnior e Antônio Garcia Maciel encaminharam a esta Corte as informações, os documentos e os esclarecimentos solicitados (peça nº 82 - arquivo nº 2699453 e peça nº 78 - arquivo nº 2697628, respectivamente). Em seguida, os autos retornaram a esta Unidade para cumprimento da determinação exarada na peça nº 71 (arquivo nº 2657871), ou seja, para complementação do relatório de auditoria, indicando os possíveis responsáveis para cada achado, dentre aqueles com efetiva participação para sua concretização, incluídos os responsáveis pelo reconhecimento dos benefícios e

[1] Nos termos do art. 147 do Estatuto do Servidores da Autarquia, que dispõe que: "pelo exercício de atividade insalubre, penosa ou perigosa, o servidor terá direito a adicional de remuneração, segundo critérios estabelecidos em Leis Federais e Normas Regulamentadoras".
[2] Servidores selecionados via amostragem estatística aleatória simples, método pelo qual se realiza a extração dos elementos da amostra randomicamente, sem a determinação de critérios específicos, nos termos do Manual de Auditoria do TCEMG – Auditar.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

pelo seu pagamento; bem como para a manifestação acerca da documentação complementar encaminhada, considerando o potencial retorno do processo à fase instrutória.

Destarte, visando atender à determinação do Conselheiro Relator e valendo-se das orientações constantes no curso de Responsabilização de Agentes do TCU[3], em relação ao item (i), o presente relatório cingir-se-á à descrição dos dados pessoais do agente (nome, cargo, CPF), período de exercício[4], conduta[5], nexo de causalidade[6], culpabilidade[7].

Dessa forma, em complementação ao relatório técnico de auditoria passa-se, a seguir, a responsabilizar, individualmente, por achado, a conduta dos **responsáveis** pelas irregularidades identificadas na conclusão da auditoria. Posteriormente, proceder-se-á à análise preliminar da documentação complementar encaminhada relativa aos Laudos Técnicos individualizados.

De início, insta esclarecer que, para fins de responsabilização dos achados relativos a contratações temporárias (2.8 Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal e 2.9 Contratações temporárias com prazo superior ao previsto em lei), entende-se que os respectivos responsáveis já foram devidamente identificados no relatório inicial da auditoria (peça nº 02 – arquivo nº 2374034), uma vez que o critério utilizado foi a assinatura dos contratos temporários. Tão logo, as condutas, nexo de causalidade e culpabilidade já foram devidamente individualizas à época da execução da auditoria, não havendo necessidade de nova citação.

---

[3] Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/responsabilizacao-de-agentes-segundo-a-jurisprudencia-do-tcu-uma-abordagem-a-partir-de-licitacoes-e-contra
3tos-aulas-1-a-5.htmAcesso em: 04 fev. 2022.

[4] Delimitar o período de ocorrência da falha e o período em que o agente detinha competência de atuação na área em que verificada a irregularidade é importante para fixar responsabilidades, sopesar circunstâncias agravantes e atenuantes, e, eventualmente, atuar na dosimetria da pena, considerando-se os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

[5] Descrição da atuação do responsável que contribuiu ou determinou a ocorrência da irregularidade. Não se cuida, aqui, de descrever a irregularidade, e sim o ato do gestor que a deu causa.

[6] É o liame entre o agir do responsável e o resultado. É a correlação entre a conduta e o resultado, demonstrando-se ter agido o agente ao menos com culpa.

[7] É a reprovabilidade da conduta do agente, um juízo de censura em relação ao ato praticado ou que deixou de ser praticado por quem tinha o dever de fazê-lo.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

ACHADO 2.1 - Pagamento de horas extras em caráter habitual e contínuo

Preliminarmente, cabe advertir que, para o referido apontamento, consideraram-se responsáveis os chefes imediatos dos servidores que prestaram **mais de 50 horas mensais, cumulativamente, nos meses de setembro, outubro e novembro/2019**.

CPF	NOME DO RESPONSÁEL	NOME DO CARGO *FONTE: CAPMG*	MÊS REFERÊNCIA
952.604.476-20	Aislan Teixeira Dias	GERENTE ADM. FINANCEIRO -NIVEL I	Nov/19
919.164.966-87	Amarildo Jose Santiago Coelho	SUPERV.DE MANUT. DE REDES E R. DE ESGOTO -NIVEL I	Nov/19
826.597.376-49	Arnaldo Cesar Teixeira Ribeiro	DIRETOR DE AGUA E ESGOTO	Nov/19
038.439.496-54	Bruno Francisco Da Silva	BOMBEIRO ENCANADOR	Nov/19
030.350.976-74	Carla Camargo Mendes	AGENTE ADMINISTRATIVO	Nov/19
043.029.506-50	Cassio Heleno Teixeira	SUPERVISOR DE MICROMEDICAO - NIVEL I	Nov/19
561.005.586-53	Claudio Martins Da Silveira	OF.M.CASA MAQ.E ELEV/COORD.DP.MANT.C.MAQUINAS	Nov/19
089.957.246-41	Everton Figueiredo Franca	SUPERVISOR DE APURACAO DE CONSUMO- NIVEL I	Nov/19
068.017.726-43	Fernando Nogueira Silva	GERENTE DE AGUA - NIVEL II	Nov/19
068.379.296-23	Gilcelia Cristina Teles Barboza	SUPERVISOR DETRATAMENTO DE AGUA - NIVEL II	Nov/19
012.045.946-94	Glaydson Souza Moraes	SUPERV. DE LIG.NOVAS E DESM.DE AGUA -NIVEL I	Nov/19

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

093.993.636-43	Graciela Alves De Lima	SUPERV. CONT. DE PERDAS E EFIC. ENERG. - NIVEL III	Nov/19
072.636.366-97	Kayo Patrick Andrade Lacerda	ALMOXARIFE	Nov/19
074.504.976-11	Marcio Roberto Lobato De Carvalho	BOMBEIRO ENCANADOR	Nov/19
420.406.556-20	Paulo Henrique Da Cruz	SUPERVISOR DE ATEND. AO PUBLICO-NIVEL I	Nov/19
054.764.856-19	Rafael Augusto Almeida De Souza	SUPERVISOR DE SERV. DE ATEND.AO USUARIO - NIVEL I	Nov/19
764.880.476-04	Reinaldo Alves Pereira	AG.G.FISC/ASS.S. AGUA	Nov/19
086.354.706-05	Robson Dias Machado Junior	GERENTE DE ESGOTO - NIVEL II	Nov/19
033.961.756-03	Sebastiao Ferreira Dos Santos	MECANICO	Nov/19
059.714.186-02	Tales Goulart	SUPERVISOR DE TECN. DA INFORMACAO- NIVEL II	Nov/19
952.941.806-00	Waldir Alves Da Silva	SUPERV DE APOIO DE AGUA E ESGOTO	Nov/19

Conduta: Autorizar a prestação de horas extras a servidores, sob sua chefia imediata, em caráter habitual e contínuo nos meses de setembro, outubro e novembro/2019, depreendendo-se verdadeira complementação salarial. Neste mister, ressalte-se que o art. 15, §1º da LC nº 82/2003[8] impõe que a prestação de

[8] § 1º A prestação de serviço extraordinário depende de autorização expressa do Chefe da respectiva área de lotação do servidor e sua apuração será feita mediante anotação expressa em mecanismo de controle interno: manual, mecânico ou eletrônico.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

serviço extraordinário depende de autorização expressa do chefe da respectiva área de lotação do servidor.

Nexo de Causalidade: a prestação recorrente de horas extras a grande parte dos servidores dos quadros do SAAE de Sete Lagoas durante os meses de setembro, outubro e novembro propiciou um acréscimo antieconômico nas despesas com pessoal, na medida em que a hora extraordinária é paga além do valor normal da hora, mediante um acréscimo de 50%.

Culpabilidade: Não é possível afirmar que houve má-fé dos responsáveis, porém, é razoável afirmar que era exigível uma conduta diversa da que adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois, deveriam os gestores realizar um planejamento de forma a dimensionar a mão de obra necessária e suficiente ao desempenho da prestação de serviço público de forma eficaz.

ACHADO 2.2 - Concessão/pagamento de gratificação de empenho aos servidores do SAAE ocupantes de cargos/funções não contemplados na legislação

2.2.1 – Relacionado ao pagamento

Nome: Andreza Aparecida Costa Prestes Soares
Cargo: Gerente de Recursos Humanos
CPF: 008.012.296-50
Período de exercício: novembro/2019

Nome: Leonardo Davince Goulart
Cargo: Supervisor de Gestão de Processos - Nível I
CPF: 541.394.306-72
Período de exercício: novembro/2019

Conduta 1: **Pagar** gratificação de empenho a servidores do SAAE ocupantes de cargos/funções não contemplados no artigo 2º da Lei nº 6.822/2003,

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

alterado pela Lei nº 7.603/2008[9]. Neste ponto, a responsabilidade pela elaboração das folhas de pagamento dos servidores é do Supervisor de Gestão de Processos - Nível I, conforme inciso I do art. 89 da Lei Delegada nº 6, de 23 de setembro de 2013, sob subordinação ao Gerente de Recursos Humanos (alínea 'd', inciso III, art. 13 do mesmo normativo).

Nexo de Causalidade 1: o pagamento de gratificação de empenho a servidores ocupantes de cargos/funções não contemplados no artigo 2º da Lei nº 6.822/2003, alterado pela Lei nº 7.603/2008, resultou em infração à citada legislação, gerando uma despesa irregular ao erário municipal.

Culpabilidade 1: Não é possível afirmar que houve má-fé do responsável, porém, é razoável afirmar que era exigível uma conduta diversa da que adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria o responsável ter apurado e pago a gratificação de empenho apenas aos cargos/funções contempladas na legislação de regência.

2.2.2 – Relacionado à concessão:

CPF	NOME	NOME DO CARGO *FONTE: CAPMG*	MÊS REFERÊNCIA
952.604.476-20	Aislan Teixeira Dias	GERENTE ADM. FINANCEIRO -NIVEL I	Nov/19
919.164.966-87	Amarildo Jose Santiago Coelho	SUPERV.DE MANUT. DE REDES E R. DE ESGOTO -NIVEL I	Nov/19
826.597.376-49	Arnaldo Cesar Teixeira Ribeiro	DIRETOR DE AGUA E ESGOTO	Nov/19
038.439.496-54	Bruno Francisco Da Silva	BOMBEIRO ENCANADOR	Nov/19
030.350.976-74	Carla Camargo Mendes	AGENTE ADMINISTRATIVO	Nov/19
043.029.506-50	Cassio Heleno Teixeira	SUPERVISOR DE MICROMEDICAO - NIVEL I	Nov/19

[9] Art. 2º A gratificação de empenho corresponderá ao limite máximo mensal de 80% (oitenta por cento) do vencimento básico recebido pelo servidor, quando este se encontrar em efetivo exercício da função de Leituristas, Motoristas, Bombeiros Encanadores, Zeladores de Casas de Máquinas e Reservatórios, Operadores de Máquinas Pesadas, Auxiliares de Eletricistas, Eletricistas, Auxiliares de Mecânicos e Mecânicos."

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

561.005.586-53	Claudio Martins Da Silveira	OF.M.CASA MAQ.E ELEV/COORD.DP.MANT.C.MAQUINAS	Nov/19
089.957.246-41	Everton Figueiredo Franca	SUPERVISOR DE APURACAO DE CONSUMO- NIVEL I	Nov/19
068.017.726-43	Fernando Nogueira Silva	GERENTE DE AGUA - NIVEL II	Nov/19
068.379.296-23	Gilcelia Cristina Teles Barboza	SUPERVISOR DETRATAMENTO DE AGUA - NIVEL II	Nov/19
012.045.946-94	Glaydson Souza Moraes	SUPERV. DE LIG.NOVAS E DESM.DE AGUA -NIVEL I	Nov/19
093.993.636-43	Graciela Alves De Lima	SUPERV. CONT. DE PERDAS E EFIC. ENERG. - NIVEL III	Nov/19
072.636.366-97	Kayo Patrick Andrade Lacerda	ALMOXARIFE	Nov/19
074.504.976-11	Marcio Roberto Lobato De Carvalho	BOMBEIRO ENCANADOR	Nov/19
420.406.556-20	Paulo Henrique Da Cruz	SUPERVISOR DE ATEND. AO PUBLICO- NIVEL I	Nov/19
054.764.856-19	Rafael Augusto Almeida De Souza	SUPERVISOR DE SERV. DE ATEND.AO USUARIO - NIVEL I	Nov/19
764.880.476-04	Reinaldo Alves Pereira	AG.G.FISC/ASS.S. AGUA	Nov/19
086.354.706-05	Robson Dias Machado Junior	GERENTE DE ESGOTO - NIVEL II	Nov/19
033.961.756-03	Sebastiao Ferreira Dos Santos	MECANICO	Nov/19
059.714.186-02	Tales Goulart	SUPERVISOR DE TECN. DA INFORMACAO- NIVEL II	Nov/19
952.941.806-00	Waldir Alves Da Silva	SUPERV DE APOIO DE AGUA E ESGOTO	Nov/19
003.140.656-44	Wendell Ferreira Da Silva	TECNICO EM SEG. DO TRABALHO	Nov/19
046.340.086-02	Wladmir Moreno Oliveira	AUXILIAR DE SERVICOS	Nov/19

Conduta 2: **Conceder** gratificação de empenho a servidores, sob sua chefia, não contemplados na legislação de regência. Cumpre ainda ressaltar que, de

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

acordo com o art. 9º da Lei n.º 6.822/2003[10], o empenho do servidor será avaliado pelo coordenador imediato de cada classe de servidores.

Nexo de Causalidade 2: a concessão de gratificação de empenho a servidores ocupantes de cargos/funções não contemplados no artigo 2º da Lei nº 6.822/2003, alterado pela Lei n.º 7.603/2008, resultou em infração à citada legislação, gerando uma despesa irregular ao erário municipal.

Culpabilidade 2: Não é possível afirmar que houve má-fé do responsável, porém, é razoável afirmar que era exigível uma conduta diversa da que adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria o responsável ter apurado e pago a gratificação de empenho apenas aos cargos/funções contempladas na legislação de regência.

ACHADO 2.3 - Concessão/pagamento de gratificação de empenho sem a devida correspondência entre o cargo ocupado e a natureza (nomenclatura) da gratificação de empenho recebida

Nome: Andreza Aparecida Costa Prestes Soares
Cargo: Gerente de Recursos Humanos
CPF: 008.012.296-50
Período de exercício: novembro/2019

Nome: Leonardo Davince Goulart
Cargo: Supervisor de Gestão de Processos - Nível I
CPF: 541.394.306-72
Período de exercício: novembro/2019

Conduta: Lançar gratificação de empenho a servidores do SAAE com a nomenclatura, na folha de pagamento, diversa do cargo ocupado pelo servidor.

[10] Art. 9º O empenho do servidor será avaliado pelo coordenador imediato de cada classe de servidores.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

Neste ponto, a responsabilidade pela elaboração das folhas de pagamento dos servidores é do Supervisor de Gestão de Processos - Nível I, conforme inciso I do art. 89 da Lei Delegada nº 6, de 23 de setembro de 2013, sob subordinação ao Gerente de Recursos Humanos (alínea 'd', inciso III, art. 13 do mesmo normativo).

Nexo de Causalidade: o lançamento de gratificação de empenho sem a correspondência entre o cargo ocupado pelo servidor e a natureza da gratificação (nomenclatura) prevista na legislação resulta no lançamento de dados incorretos na folha de pagamento, demonstrando falta de confiabilidade e de transparência.

Culpabilidade: Não é possível afirmar que houve má-fé do responsável, porém, é razoável afirmar que era exigível uma conduta diversa da que adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois, deveria haver, na folha de pagamento, correspondência entre o cargo ocupado e a natureza (nomenclatura) da gratificação de empenho recebida.

ACHADO 2.4 Concessão de gratificação de empenho sem a devida regulamentação legal

Em sede de reexame, peça nº 62 (arquivo nº 2544238), após análise das defesas proferidas pelos ex-Diretores Presidentes do SAAE, esta Unidade Técnica se manifestou pela improcedência do referido apontamento, ante a perda do objeto da irregularidade apontada, devido a: (i) irregularidade encontrada não se dar pelo descumprimento de norma, mas tão somente pela ausência de regulamentação clara e objetiva acerca do percentual de pagamento no normativo de regência, que era silente acerca do tema; e (ii) não ser oportuna a fixação de prazo para regularização da legislação em decorrência do fim da sua vigência. Como a fundamentação da improcedência foi em razão de perda de objeto, entende-se que não há que se falar na citação de responsáveis para o citado achado.

ACHADO 2.5 Utilização de base de cálculo diversa da prevista em lei no pagamento do adicional de triênio

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

Nome: Andreza Aparecida Costa Prestes Soares
Cargo: Gerente de Recursos Humanos
CPF: 008.012.296-50
Período de exercício: novembro/2019

Nome: Leonardo Davince Goulart
Cargo: Supervisor de Gestão de Processos - Nível I
CPF: 541.394.306-72
Período de exercício: novembro/2019

Conduta: Utilizar base de cálculo divergente do valor do vencimento básico informado na folha de pagamento para o pagamento do adicional de triênio, em desconformidade com o estabelecido no art. 145 da Lei Complementar n.º 192/2016[11]. Neste ponto, a responsabilidade pela elaboração das folhas de pagamento dos servidores em conformidade com a legislação de regência é do Supervisor de Gestão de Processos - Nível I, conforme inciso I do art. 89 da Lei Delegada nº 6, de 23 de setembro de 2013, sob subordinação ao Gerente de Recursos Humanos (alínea 'd', inciso III, art. 13 do mesmo normativo).

Nexo de Causalidade: a utilização de bases de cálculo diversa da determinada em lei para o cálculo do adicional de tempo de serviço – triênio – ofende os princípios da legalidade e isonomia e resulta no pagamento de rubrica de forma irregular pela administração municipal.

Culpabilidade: Não é possível afirmar que houve má-fé do responsável, porém, é razoável afirmar que era exigível uma conduta diversa da que adotou consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois, deveria o responsável ter apurado e pago o adicional de triênio utilizando a base de cálculo prevista na legislação de regência, qual seja, o vencimento básico do servidor público.

[11] Art. 145 O servidor integrante do quadro efetivo e do quadro especial, a cada período de 03 (três) anos de exercício, terá direito ao adicional de 10% sobre seu vencimento, o qual a este se incorpora, para fins de aposentadoria, limitando-se a 10 (dez) triênios.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

ACHADO 2.6 Ocorrência do efeito cascata no pagamento do adicional de tempo de serviço – trintenário e vintenário

Nome: Andreza Aparecida Costa Prestes Soares
Cargo: Gerente de Recursos Humanos
CPF: 008.012.296-50
Período de exercício: novembro/2019

Nome: Leonardo Davince Goulart
Cargo: Supervisor de Gestão de Processos - Nível I
CPF: 541.394.306-72
Período de exercício: novembro/2019

Conduta: utilizar como base de cálculo a remuneração do servidor público para o pagamento do adicional de trintenário e vintenário, gerando o efeito "cascata" ou "repique", vedado pela Constituição Federal. Neste ponto, a responsabilidade pela elaboração das folhas de pagamento dos servidores em conformidade com o ordenamento jurídico é do Supervisor de Gestão de Processos - Nível I, conforme inciso I do art. 89 da Lei Delegada nº 6, de 23 de setembro de 2013, sob subordinação ao Gerente de Recursos Humanos (alínea 'd', inciso III, art. 13 do mesmo normativo).

Nexo de Causalidade: a utilização da remuneração como base de cálculo para o pagamento dos adicionais de trintenário e vintenário, a despeito de ser a forma prevista em lei, resulta em ofensa à Constituição da República por contrariar o disposto estabelecido no art. 37, inciso XIV, gerando uma despesa irregular ao erário municipal.

Culpabilidade: Não é possível afirmar que houve má-fé, uma vez que o responsável apenas aplicou o disposto na legislação municipal vigente quando do pagamento dos citados adicionais (art. 146 da Lei Complementar Municipal n.º

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

192/2016[12]). Entende-se, assim, que a conduta do responsável, embora irregular, não possui culpabilidade suficiente para ensejar aplicação de multa. No entanto, entende-se pela citação dos responsáveis acima mencionados, pois, pode esta Corte de Contas impor ao responsável legal, por meio de determinação ou recomendação, a adoção de medidas regularizadoras de forma a aplicar a legislação local em conformidade com a Constituição Federal.

ACHADO 2.7 - Não constatação da existência de laudos técnicos (configuração e caracterização) devidamente assinados por profissionais habilitados que fundamentem o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores do SAAE

Nome: Acísia Geralda de Oliveira Aquino
Cargo: Técnico de Segurança do Trabalho
CPF: 861.748.516-72
Período de exercício: novembro de 2019

Nome: Wendell Ferreira da Silva
Cargo: Técnico de Segurança do Trabalho
CPF: 003.140.656-44
Período de exercício: novembro de 2019

Conduta: Requerer o pagamento de adicionais de insalubridade/periculosidade sem a devida e prévia configuração e caracterização desta circunstância por meio de laudos técnicos assinados por profissionais habilitados (Médico do trabalho ou engenheiro do trabalho), em desconformidade com o art. 18 da Lei Complementar n. 82/2003[13]. Registra-se, neste ponto, que a

[12] Art. 146 Ao completar 30 (trinta) anos de serviço, o servidor integrante do quadro efetivo e do quadro especial, terá direito ao adicional de 20% sobre a remuneração, desde que conte com o mínimo de 25 (vinte e cinco) anos no serviço público municipal de Sete Lagoas.
[13] Art. 18 A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, far-se-ão através da perícia a cargo de médico do trabalho ou engenheiro do trabalho e de acordo com o estabelecimento na Lei Federal nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, Decreto Federal nº 93.412, de 14 de outubro de 1986 e Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e demais Normas Reguladoras Federais.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

responsabilidade pela verificação da existência de laudo técnico para o pagamento dos adicionais é do Chefe do Setor de Segurança do Trabalho ou cargo equivalente.

Nexo de Causalidade: o requerimento para o pagamento do adicional de insalubridade a servidores sem a prévia caracterização e classificação por meio de perícia a cargo de médico do trabalho ou engenheiro do trabalho resulta em ofensa à legislação, bem como aos princípios da impessoalidade e isonomia.

Culpabilidade: Não é possível afirmar que houve má-fé dos responsáveis, porém, é razoável afirmar que era exigível uma conduta diversa da que adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois, deveria efetuar o requerimento para a concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade apenas após a emissão de laudos técnicos por profissionais devidamente habilitados (Médico do trabalho ou engenheiro do trabalho).

Superada a parte de responsabilização, passa-se a analisar a documentação encaminhada pelo Senhor Antônio Garcia Maciel, ante a solicitação para dilação de prazo para encaminhamento dos laudos de insalubridade/periculosidade individualizados, que fundamentaram a percepção dos respectivos adicionais no ano de 2019 (peça nº 33, arquivo nº 2466144 do SGAP), referente aos servidores constantes do Anexo III da peça nº 73 (arquivo nº 2670402)[14].

Preliminarmente, cumpre advertir que, para a caracterização ou a descaracterização da periculosidade/insalubridade, os profissionais habilitados visitam as instalações do órgão, acompanham os servidores na execução de atividades e promovem medições com os equipamentos específicos para cada variável. Posteriormente, faz-se o enquadramento dos agentes nocivos/condições perigosas, comparando-os com valores e tabelas contidas nas normas NR 15 e NR 16. A título exemplificativo, a Resolução nº 165, de 7 de agosto de 2020, que disciplina a concessão do adicional de insalubridade no âmbito da Defensoria

[14] Servidores selecionados via amostragem estatística aleatória simples, método pelo qual se realiza a extração dos elementos da amostra randomicamente, sem a determinação de critérios específicos, nos termos do Manual de Auditoria do TCEMG – Auditar.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

Pública da União, aduz que o respectivo laudo técnico, baseando-se nas normas Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aplicada ao caso, deve conter, no mínimo:

> I - a identificação da/o perita/o responsável, a data e o local da realização da perícia;
> II - as qualificações funcionais da/o pericianda/o e a identificação do local de seu exercício;
> III - a descrição das atividades e operações realizadas pela/o pericianda/o;
> IV - a caracterização do ambiente de trabalho da/o pericianda/o;
> V - a identificação dos fatores causadores da insalubridade, quando for o caso;
> VI - a indicação do grau de agressividade à pessoa, especificando o limite de tolerância quanto ao tempo de exposição;
> VII - a indicação da quantidade de tempo efetivo de exposição da/o pericianda/o à situação de insalubridade durante a jornada de trabalho;
> VIII - a indicação do grau de insalubridade com respectivo percentual no caso;
> IX - a apresentação ou indicação dos elementos probatórios oficiais que caracterizem a insalubridade nos casos em que as atividades da/o pericianda/o sejam realizadas em ambientes externos à DPU;
> X - a indicação dos elementos probatórios da realização, pela/o pericianda/o, da frequência das atividades externas ao ambiente da DPU nos últimos três meses anteriores ao da realização da perícia, tais como relatórios, laudos, registros oficiais;
> XI - a descrição dos métodos, das técnicas e/ou das aparelhagens utilizadas;
> XII - a indicação expressa das medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou para proteger contra seus efeitos.

Nesse contexto, reforçamos a afirmação de que a documentação enviada pelo Sr. Antônio Garcia Maciel se refere à mera comunicação entre o Departamento de Segurança do Trabalho e o Departamento de Recursos Humanos, solicitando o pagamento do adicional de insalubridade/periculosidade aos servidores, não correspondendo, de fato, ao Laudo Técnico. Impede advertir que a documentação encaminhada é a mesma apresentada na execução da Auditoria. Apesar de, em alguns casos, estar evidenciado, no texto do documento, que o servidor trabalha com atividade insalubre/perigosa, essa Unidade Técnica não pode se valer das "Comunicações Internas" para atestar a legalidade do recebimento do adicional de insalubridade/periculosidade dos servidores, em detrimento dos formais Laudos Técnicos.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

CONCLUSÃO

Imputada a responsabilidade, individualmente, a cada um dos gestores públicos, de acordo com as condutas perpetradas, por apontamento, esta Coordenadoria encaminha os autos a V. Ex.ª com sugestão de citação dos responsáveis, para, querendo, se manifestar acerca dos achados de auditoria, com fulcro no art. 166 do RITCEMG, conforme quadro abaixo:

CPF	Responsáveis	Qualificação *FONTE: CAPMG*	Achados
952.604.476-20	Aislan Teixeira Dias	GERENTE ADM. FINANCEIRO -NIVEL I	2.1 e 2.2
919.164.966-87	Amarildo Jose Santiago Coelho	SUPERV.DE MANUT. DE REDES E R. DE ESGOTO -NIVEL I	2.1 e 2.2
826.597.376-49	Arnaldo Cesar Teixeira Ribeiro	DIRETOR DE AGUA E ESGOTO	2.1 e 2.2
038.439.496-54	Bruno Francisco Da Silva	BOMBEIRO ENCANADOR	2.1 e 2.2
030.350.976-74	Carla Camargo Mendes	AGENTE ADMINISTRATIVO	2.1 e 2.2
043.029.506-50	Cassio Heleno Teixeira	SUPERVISOR DE MICROMEDICAO -NIVEL I	2.1 e 2.2
561.005.586-53	Claudio Martins Da Silveira	OF.M.CASA MAQ.E ELEV/COORD.DP.MANT.C.MAQUINAS	2.1 e 2.2
089.957.246-41	Everton Figueiredo Franca	SUPERVISOR DE APURACAO DE CONSUMO- NIVEL I	2.1 e 2.2
068.017.726-43	Fernando Nogueira Silva	GERENTE DE AGUA - NIVEL II	2.1 e 2.2
068.379.296-23	Gilcelia Cristina Teles Barboza	SUPERVISOR DETRATAMENTO DE AGUA - NIVEL II	2.1 e 2.2
012.045.946-94	Glaydson Souza Moraes	SUPERV. DE LIG.NOVAS E DESM.DE AGUA -NIVEL I	2.1 e 2.2
093.993.636-43	Graciela Alves De Lima	SUPERV. CONT. DE PERDAS E EFIC. ENERG. - NIVEL III	2.1 e 2.2
072.636.366-97	Kayo Patrick Andrade Lacerda	ALMOXARIFE	2.1 e 2.2

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

074.504.976-11	Marcio Roberto Lobato De Carvalho	BOMBEIRO ENCANADOR	2.1 e 2.2
420.406.556-20	Paulo Henrique Da Cruz	SUPERVISOR DE ATEND. AO PUBLICO-NIVEL I	2.1 e 2.2
054.764.856-19	Rafael Augusto Almeida De Souza	SUPERVISOR DE SERV. DE ATEND.AO USUARIO - NIVEL I	2.1 e 2.2
764.880.476-04	Reinaldo Alves Pereira	AG.G.FISC/ASS.S. AGUA	2.1 e 2.2
086.354.706-05	Robson Dias Machado Junior	GERENTE DE ESGOTO - NIVEL II	2.1 e 2.2
033.961.756-03	Sebastiao Ferreira Dos Santos	MECANICO	2.1 e 2.2
059.714.186-02	Tales Goulart	SUPERVISOR DE TECN. DA INFORMACAO-NIVEL II	2.1 e 2.2
952.941.806-00	Waldir Alves Da Silva	SUPERV DE APOIO DE AGUA E ESGOTO	2.1 e 2.2
003.140.656-44	Wendell Ferreira Da Silva	TECNICO EM SEG. DO TRABALHO	2.2
046.340.086-02	Wladmir Moreno Oliveira	AUXILIAR DE SERVICOS	2.2
008.012.296-50	Andreza Aparecida Costa Prestes Soares	GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	2.3, 2.5 e 2.6
541.394.306-72	Leonardo Davince Goulart	SUPERVISOR DE GESTÃO DE PROCESSOS - NÍVEL I	2.3, 2.5 e 2.6
861.748.516-72	Acísia Geralda de Oliveira Aquino	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	2.7
003.140.656-44	Wendell Ferreira da Silva	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	2.7

Por fim, ressalte-se que esta Unidade Técnica considera, para fins de responsabilização dos achados relativos a contratações temporárias (2.8 Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal e 2.9 Contratações

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311

temporárias com prazo superior ao previsto em lei), que os respectivos responsáveis já foram devidamente identificados no relatório inicial da auditoria, uma vez que o critério utilizado foi a assinatura dos contratos temporários, sendo despicienda nova citação aos responsáveis, tendo em vista que já foi oportunizado o contraditório a ampla defesa, bem como já consta dos autos das defesas.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2022.

Verônica Lilian Parente Noronha
Analista de Controle Externo - Matrícula: 3185-0

Fabiano Murilo Melo
Coordenador – CAAP

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2713311